



06 DE AGOSTO 2010
Sexta-feira

- **CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL CNI**
- **PRODUÇÃO INDUSTRIAL TEM CRESCIMENTO DE 19,6% NO SEMESTRE NO PARANÁ**
- **IBGE: PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI EM 9 REGIÕES EM JUNHO**
- **MÃO DE OBRA SUBUTILIZADA**
- **EMPRESAS AINDA DISCRIMINAM DEFICIENTES**
- **CONTRATAÇÃO DE MONTADORAS PERDERÁ RITMO**
- **VAGAS PARA JOVENS CRESCEM APENAS 2,6%**
- **EMPREGOS VOLTAM AO PATAMAR PRÉ-CRISE**
- **ENTIDADE REVISA PARA CIMA PROJEÇÃO PARA EXPORTAÇÕES**
- **DEMANDA DE CAMINHÕES CONTINUA EM ALTA**
- **VENCE HOJE DIA 6 DE AGOSTO O PRAZO PARA ENTREGA**
- **EM JULHO O IPCA FICA EM 0,01% E O INPC EM -0,07%**
- **RFB DISPONIBILIZA NOVA COLETÂNEA DA LEGISLAÇÃO DE PIS/COFINS**
- **ANS CRIA PROCEDIMENTO PARA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**
- **CNPS FAZ RECOMENDAÇÃO SOBRE REAJUSTE RETROATIVO DA TABELA**
- **PREVIDÊNCIA COBRA RESSARCIMENTO DE EMPRESAS IRREGULARES**
- **EMPRESA QUE DIVULGOU LISTA DE FALTOSOS VAI PAGAR POR DANO MORAL**

Câmbio		
Em 06/08/2010 às 17h35		
	Compra	Venda
Dólar	1,755	1,756
Euro	2,331	2,332

Fonte: BACEN

CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL CNI

06/08/2010 – Agência CNI

Em anexo.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL TEM CRESCIMENTO DE 19,6% NO SEMESTRE NO PARANÁ

06/08/2010 – Gazeta do Povo

A produção industrial no **Paraná** cresceu 19,6% nos primeiros seis meses de 2010. O índice é o quinto maior do país – apenas os estados do Espírito Santo, Amazonas, Minas Gerais e Goiás tiveram crescimento maior. O resultado paranaense também é maior que o acumulado no Brasil no período, que é de 16,2%. Os dados estão na **Pesquisa Industrial Mensal**, divulgada nesta sexta-feira (6) pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**.

No **Paraná**, dos 14 setores pesquisados pelo IBGE 13 apresentaram crescimento na produção industrial, o que explica os bons resultados alcançados pelo estado. O maior aumento foi registrado no setor de **veículos automotores**, que teve alta de 62,9%, impulsionado pela produção de caminhões e caminhões-tratores.

Os resultados positivos também aparecem na produção de **máquinas e equipamentos**, que cresceu 42,3%, impulsionada pela fabricação de máquinas para colheita e para produção de celulose. O outro setor que registrou um crescimento significativo foi o de **edição e impressão**, com alta de 18,6%. Os produtos que impulsionaram esse aumento foram os livros e impressos didáticos. O único setor que apresentou queda na produção no estado no primeiro semestre foi o de **produtos químicos**, que recuou 7,3%, por causa da produção de adubos e fertilizantes.

O crescimento da produção industrial não está ocorrendo de forma pontual no estado. “Se compararmos a produção trimestral, o Paraná já cresce há quatro períodos seguidos”, ressalta **Fernando Abritta**, economista da coordenação de indústria do IBGE.

Ao comparar índice de crescimento industrial de junho com o do mês de maio de 2010, houve uma queda de 1,7% no período. Para Abritta, é preciso relativizar o dado. “O Paraná veio de um crescimento muito forte em maio, quando a produção subiu 17,5%”, explica.

Comparação com 2009

O crescimento da produção industrial no Paraná, na comparação com junho de 2009, é de 41,3%, muito acima da média nacional, que é de 9,1%. “Essa é a maior expansão verificada desde o início da pesquisa”, afirma Abritta.

Em relação ao índice mensal, a produção paranaense foi impulsionada pelo crescimento do setor de **edição e impressão**, que teve alta de 428,28% comparando os dois meses de junho. “Esse é um crescimento atípico, que contou com o aumento

da fabricação de livros e impressos didáticos, mas também pela baixa base de comparação”, explica Abritta.

Além do crescimento descomunal de um setor, outros 11 dos 14 setores pesquisados pelo IBGE tiveram alta. A produção de **veículos automotores** tem alta de 69%, principalmente pela fabricação de caminhões, caminhões-tratores, bombas injetoras e automóveis. Outros setores que se destacaram foram o de **máquinas e equipamentos**, com alta de 97,4% impulsionada pela produção de máquinas para colheita e tratores agrícolas, e de **alimentos**, que cresceu 11,6%, por causa dos itens açúcar cristal e carnes e miudezas de aves.

Também tiveram crescimento os setores de **madeira**, com aumento de 32,8% principalmente na produção de madeira serrada; e o de **aparelhos e materiais elétricos**, que registrou aumento de 58,9%, sobretudo com a produção de cabos e fibras ópticas e fios, cabos e condutores elétricos.

Os dois setores que apresentaram queda na produção foram o de **refino de petróleo e produção de álcool**, com recuo de 5,5%, e **celulose e papel**, com diminuição de 4,8%. Os produtos que determinaram a queda foram o óleo diesel, papel-cartão e papel Kraft para embalagens.

IBGE: PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI EM 9 REGIÕES EM JUNHO

06/08/2010 – O Estado do Paraná

A produção industrial caiu em 9 das 14 regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em junho, na comparação com maio. Segundo informou hoje o instituto, as maiores quedas no ritmo de atividade da indústria foram registradas em Goiás (baixa de 9,2%) e na Bahia (recuo de 6%).

Na sequência aparecem a região Nordeste (queda de 3,5%), Minas Gerais (baixa de 3,3%), Pernambuco (recuo de 2,3%), Santa Catarina (retração de 2,1%) e Paraná (queda de 1,7%). Com queda abaixo da média nacional ficaram São Paulo (baixa de 0,6%) e Pará (retração de 0,3%). A produção industrial do Rio de Janeiro se manteve estável. Já as quatro áreas que registraram avanço na produção, no mesmo período, foram Espírito Santo (alta de 4,9%), Amazonas (aumento de 2,4%), Rio Grande do Sul (crescimento de 1,5%) e Ceará (alta de 0,7%).

MÃO DE OBRA SUBUTILIZADA

06/08/2010 – Gazeta do Povo

O Paraná é um dos estados com o menor índice de cumprimento da Lei 8.213 (de 24 de julho de 1991), que obriga as empresas com cem ou mais empregados a reservar de 2% a 5% de suas vagas a deficientes. É o que aponta um relatório elaborado pelo Espaço da Cidadania – uma ação voluntária criada em 2001, para defender os direitos dos deficientes –, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do ano de 2008.

De acordo com o estudo, apenas 3,6% das vagas que deveriam ser reservadas para deficientes foram preenchidas no estado. Levando em consideração os registros de

contratações por ação fiscal do Ministério do Trabalho, São Paulo é o estado que mais se destaca: o índice de cumprimento da lei é de 39,7%. Na outra ponta, Paraíba e Roraima ocuparam somente 3% das vagas reservadas.

Antonio More / Gazeta do Povo



Robson foi encaminhado ao trabalho por uma escola de educação especial

As violações à lei ocorrem mesmo com a possibilidade de as empresas serem multadas – o valor pode chegar a R\$ 67 mil. O principal motivo, na opinião de Carlos Aparício Clemente, coordenador do Espaço da Cidadania e autor de sete livros sobre inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, é o preconceito dos empresários e dos colegas de empresa. Mauro Vicenzo Claudio Nardini, presidente da Associação dos Deficientes Físicos do Paraná (ADFP), concorda que há necessidade de maior conscientização dos empregadores. “Falta compromisso. Muitos empresários dizem que enquanto não forem procurados pelo Ministério Público do Trabalho, não contratarão deficientes”, diz.

Mas há exceções. Robson Gomes Borbela, 25 anos, e Sueli Antunes, 37, são portadores de deficiência mental leve. Eles e mais 70 funcionários com algum tipo de deficiência fazem parte do quadro de funcionários de uma rede de supermercados de Curitiba. Com o salário

de empacotadores, eles ajudam a família, recebem elogios dos colegas de trabalho e dos clientes. Sem sofrer qualquer tipo de preconceito, eles gostam do que fazem. “Eu trabalho aqui há 13 anos, adoro, é muito bom”, diz Sueli.

Há 15 anos, o Super Festival mantém um programa de contratação de pessoas com deficiência. De acordo com a psicóloga do Departamento de Recursos Humanos da empresa, Tânia Regina Cordeiro, ele começou não por causa da lei, mas inspirado em programas semelhantes desenvolvidos no exterior. “O trabalho começou com o objetivo de aproximar a sociedade dos portadores de necessidades especiais.”

Segundo a psicóloga, o supermercado conta com a parceria de várias escolas de educação especial, que encaminham os alunos. “Eles começam como empacotadores; mas os que se destacam são promovidos para outras funções. Teve um que começou como empacotador e hoje é líder do setor de hortifrutigranjeiros”, conta. Segundo Tânia, os salários, treinamentos, benefícios e sanções são iguais aos demais colaboradores que tenham o mesmo cargo.

Na opinião da consultora de empreendimentos sociais e administradora de empresas Andrea Goldschmidt, dependendo da função, não existe nenhuma diferença entre o trabalho desenvolvido por uma pessoa com ou sem deficiência. “Eu já vi experiências bem legais em todas as áreas e com todos os tipos de deficientes. Mas é preciso que a empresa faça um mapeamento de atividades, para descobrir que tipo de deficiência se adapta melhor para a função, qual atividade limita menos a pessoa, etc. Na função correta, o deficiente tem o mesmo, ou melhor, desempenho que um funcionário qualquer”, explica. De acordo com dados do MTE, dos 240,4 mil cargos ocupados por pessoas com deficiência no Brasil, 50,8% são pessoas com deficiência física; 28,2%, auditiva; 2,9%, visual; 2,4%, mental ou intelectual; 1,7%, múltipla e 14%, reabilitados.

EMPRESAS AINDA DISCRIMINAM DEFICIENTES

06/08/2010 – O Estado do Paraná

Durante os seis primeiros meses de 2010, a Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social (Setp) registrou a contratação, com carteira assinada, de 1.073 pessoas com algum tipo de deficiência no Paraná. Ao longo de 2009, esse número alcançou 2.134 registros.

Os números podem parecer altos, mas seriam maiores se as empresas brasileiras respeitassem o artigo 93 da lei 8.213, que estabelece a porcentagem de pessoas com deficiência que deveriam ser contratadas de acordo com o porte de cada empresa.

Essas e outras questões envolvendo os direitos trabalhistas e dificuldades do portador de deficiência física no mercado do trabalho foram discutidas ontem, em reunião no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Curitiba.

Segundo o desembargador federal do trabalho, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, primeiro juiz a cego a ser nomeado no Brasil, a situação mudou muito nos últimos anos com a aplicação da lei de cotas, mas poderia melhorar.

“Trata-se de um problema cultural, que é como um paradigma para a sociedade. As pessoas com deficiência não devem acreditar no limites que lhes impõem”, diz.

Segundo ele, houveram muitos avanços tecnológicos que também beneficiaram os deficientes, “mesmo assim precisamos discutir mais essas questões para alcançarmos as melhorias que nos faltam”, ressalta.

“Muitas empresas alegam que falta qualificação, mas não é verdade. Basta dar a oportunidade para que o funcionário mostre sua eficiência”, afirma José Simão Stczauskoski, deficiente visual, coordenador do Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência da Setp.

CONTRATAÇÃO DE MONTADORAS PERDERÁ RITMO

06/08/2010 – Gazeta do Povo

Por outro lado, indústria automotiva nacional espera fechar o ano com produção recorde de 3,4 milhões de veículos.

A indústria automotiva deve reduzir o ritmo de contratações nos próximos meses, de acordo com o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Cledorvino Belini. Segundo os dados divulgados ontem pela entidade, o setor empregava ao fim do mês passado 132.165 funcionários, considerando aqueles que trabalham também em fabricantes de máquinas agrícolas.

Esse é o melhor nível desde 1990, quando as montadoras tinham cerca de 138 mil trabalhadores, e ultrapassa o patamar contabilizado em outubro de 2008 (131.717), quando houve o agravamento da crise mundial. “O que faz a mão de obra é o mercado. Não temos previsão de grande alta para o fim do ano. A mão de obra deve ficar estável”, disse Belini.

A Anfavea espera terminar 2010 com 3,4 milhões de veículos fabricados. Se o número se confirmar, será o maior patamar já registrado no país e representará um crescimento de 6,5% ante 2009.

Em 2010, as montadoras nacionais fabricaram 13,9% mais veículos na comparação com igual intervalo em 2009, atingindo 1,93 milhão de unidades nos sete primeiros meses do ano. As 290,6 mil unidades fabricadas em julho representam incremento de 2,5% em relação ao mês anterior. O número é 7,1% maior do que o registrado em julho do ano passado.

VAGAS PARA JOVENS CRECEM APENAS 2,6%

06/08/2010 – Gazeta do Povo

Apesar dos programas de governo para inserção de jovens no mercado de trabalho, a oferta de empregos para essa faixa da população foi a que apresentou resultados mais modestos na geração de vagas formais em 2009.

Enquanto o número de empregos formais cresceu 4,5% em 2009, o aumento de vagas para jovens de 18 a 24 anos só aumentou 2,6%. A situação foi ainda pior para aqueles entre 16 e 17 anos: 1,5% de crescimento.

Dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho sobre a fotografia do emprego formal no Brasil – a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) – revelam que as vagas para pessoas acima de 65 anos cresceram muito acima da média: 7,6%.

Preconceito

“É preciso admitir que é difícil aumentar a oferta de empregos para jovens porque ainda há muito preconceito com a falta de experiência. O mercado é ruim, mesmo com programas como o Projovem, que busca inserir 400 mil jovens”, disse o ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

Para o governo, o fraco desempenho do emprego para jovens também pode sinalizar que essas pessoas estão optando por permanecer mais tempo na escola.

A Rais é divulgada anualmente pelo governo e traz um retrato mais fiel do mercado de trabalho formal, pois inclui servidores públicos, trabalhadores temporários e avulsos e ainda informações residuais das empresas. Mensalmente, o Ministério do Trabalho divulga o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que mostrou que em 2009 haviam sido gerados 995 mil empregos formais. A Rais ampliou o número para 1,766 milhão.

EMPREGOS VOLTAM AO PATAMAR PRÉ-CRISE

06/08/2010 – Boletim AutoData

As 1,2 mil contratações pela indústria automotiva, em julho, contribuíram para que o nível de emprego superasse outubro de 2008, mês na qual a crise iniciou processo de demissões no setor. Hoje, são 132,2 mil trabalhadores diretos, com tendência de crescimento – embora menos acentuado, garante Cledorvino Belini, presidente da Anfavea.

“Não é o maior nível de emprego da história porque antigamente as características do sistema de produção da indústria eram diferentes. Mas é o maior em dezenove anos”.

Em julho, as linhas de montagem entregaram 315,9 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, volume 12% superior ao de igual mês de 2009. Comparado com junho houve crescimento de 3,2%, embora a média diária tenha ficado 1,5% inferior, com 14,4 mil veículos produzidos por dia útil.

No acumulado do ano a produção nacional supera em 18,3% o resultado dos primeiros sete meses do ano passado, com mais de 2 milhões de unidades fabricadas. Mais: nos sete meses do ano a produção já supera o volume dos primeiros oito meses de 2009.

Nos últimos doze meses saíram das linhas de montagem 3,5 milhões de veículos. O resultado fica acima da projeção de 3,4 milhões de unidades feita pela Anfavea, em dezembro de 2009. E é 18,5% maior que o volume dos doze meses anteriores.

Todos os números do desempenho da indústria e do mercado podem ser conferidos pela [Carta da Anfavea](#).

ENTIDADE REvisa PARA CIMA PROJEÇÃO PARA EXPORTAÇÕES

06/08/2010 – Boletim AutoData

O bom desempenho dos produtos brasileiros no mercado externo no primeiro semestre fez com que a Anfavea revisasse para cima a projeção das exportações para o ano, em volume e receita. A entidade projeta que as fábricas brasileiras enviem 620 mil veículos para o exterior, 90 mil unidades a mais do que a expectativa anterior, divulgada em dezembro do ano passado. Se assim for, o volume representará crescimento de 30,5% sobre o exportado em 2009.

Cledorvino Belini, presidente da associação, diz que os números projetados ainda estão muito aquém aos registrados em 2005, recorde em volume de embarques: “Ainda não temos fôlego para recuperar aquele patamar”.

Em receita, a estimativa da entidade subiu US\$ 3,2 bilhões, para US\$ 12,4 bilhões, 49,4% superior aos ganhos com embarques – e aí se incluem as peças para reposição – no ano passado.

De janeiro a julho, os embarques somaram US\$ 6,9 bilhões em valor, 65,9% acima do faturamento do mesmo período do ano passado. Em volume, a alta é de 78,4%, com 422,2 mil unidades. Belini ressalta: “São números comparados a uma base muito baixa, em especial o primeiro semestre de 2009, que foi um desastre”.

No mês passado, a indústria exportou 64,9 mil veículos, 80,5% mais do que em julho de 2009 e 2% acima de junho. Em faturamento, o crescimento na comparação anual foi de 85,4%, para US\$ 1,2 bilhão.

Nos últimos doze meses, o faturamento da indústria soma US\$ 10,9 bilhões. Há um ano a mesma comparação era 11,4% inferior.

DEMANDA DE CAMINHÕES CONTINUA EM ALTA

06/08/2010 – Boletim AutoData

O segmento de caminhões permanece em forte ritmo de vendas. De acordo com a Anfavea, em julho foram emplacadas 14,7 mil unidades, volume 51,2% acima do registrado no mesmo mês do ano passado. Em 22 dias de negociações, a média de licenciamentos diários foi de 668 caminhões, 58,1% de alta. Apesar dos números significativos, Cledorvino Belini, presidente da Anfavea, lembra que a base de comparação é muito baixa, pois o setor de veículos comerciais foi o que mais sofreu com os reflexos negativos das turbulências financeiras: “Na verdade, estamos retomando os volumes de antes da crise.”

No atacado as vendas de caminhões somaram 13 mil 760 unidades, avanço de 58,5% com relação a julho do ano passado.

De janeiro a julho, 85,7 mil caminhões ganharam as ruas, um crescimento de 53,3% sobre o mesmo período do ano passado. Nos sete meses, a média diária apresentou percentual igual em função da mesma quantidade de dias: 146.

As vendas no atacado, representativas para determinar a demanda do mercado de transportes, totalizaram 96,6 mil unidades até julho, 64,7% de aumento com relação ao mesmo acumulado de 2009. O volume já supera o que foi comercializado em dez meses do ano passado.

As vendas anualizadas no atacado somaram 152 mil unidades, 37% mais do que no período anterior.

As exportações de caminhões também seguem em alta. Em junho, embarcaram 2 mil 835 unidades para outros mercados, aumento de 80,5%, enquanto que no acumulado do ano seguiram para outros países 12 mil 652 caminhões, alta de 79,1% com relação ao mesmo volume de 2009.

Para atender aos mercados internos e externos, as fabricantes estão com as linhas de montagem aceleradas. De acordo com a Anfavea, as fábricas montaram 17 mil 677 caminhões em julho, 83,2% acima da produção do mesmo mês do ano passado. Em sete meses, foram produzidas 107,2 mil unidades, 69,3% de alta com relação ao mesmo acumulado de 2009.

VENCE HOJE DIA 6 DE AGOSTO O PRAZO PARA ENTREGA

06/08/2010 – Notas COAD

Vence hoje (6/8) o prazo para entrega do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Disquete ou Internet.

Via Internet: www.caged.gov.br

Estão obrigadas a entrega todas as pessoas físicas ou jurídicas que, no mês de julho/2010, admitiram, demitiram ou transferiram empregados. Esta obrigação não é devida pelo empregador doméstico.

Multa por falta de entrega ou omissão:

- a) R\$ 4,47 por empregado, se a comunicação for realizada dentro de 30 dias;
- b) R\$ 6,70 por empregado, se a comunicação ocorrer entre 31 e 60 dias;
- c) R\$ 13,41 por empregado, se a comunicação for realizada a partir do 61º dia.

DARF - CÓDIGO DA RECEITA: 2877

NÚMERO DE REFERÊNCIA: 3800165790300843-7.

EM JULHO O IPCA FICA EM 0,01% E O INPC EM -0,07%

06/08/2010 – Notas COAD

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o mês de julho em 0,01%, muito próximo à taxa de junho (0,00%). Com esse resultado, o acumulado do ano está em 3,10%, acima dos 2,81% referentes a igual período de 2009. Considerando os últimos 12 meses, o IPCA passou para 4,60%, abaixo do acumulado nos 12 meses imediatamente anteriores (4,84%). Em julho de 2009, o índice havia sido de 0,24%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apresentou variação de -0,07% em julho, após ter caído 0,11% em junho. Com esse resultado, o acumulado em 2010 ficou em 3,31%, acima da taxa de 2,99% relativa a igual período de 2009. Considerando os últimos 12 meses, o índice situou-se em 4,44%, abaixo dos 4,76% referente aos 12 meses imediatamente anteriores. Em julho de 2009 o INPC havia ficado em 0,23%.

Fonte: IBGE.

RFB DISPONIBILIZA NOVA COLETÂNEA DA LEGISLAÇÃO DE PIS/COFINS

06/08/2010 – Notas COAD

Está disponível no sítio da RFB nova versão da Coletânea da Legislação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, (Legislação por Assunto/Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), atualizada até 5 de julho de 2010. O novo arquivo consolida em um único texto Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Portarias, Instruções Normativas e Atos Declaratórios que contenham matéria atinente a essas contribuições.

ANS CRIA PROCEDIMENTO PARA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

06/08/2010 – Notas COAD

A Agência Nacional de Saúde Suplementar -ANS publicou no Diário Oficial de hoje, 6/8, a Resolução 226/2010 criando o procedimento da NIP - Notificação de Investigação Preliminar, que consiste em um instrumento para a solução de conflitos entre consumidores e operadoras de planos privados de assistência à saúde, acerca

das demandas de negativa de cobertura sem a necessidade de abertura de processo administrativo, que somente ocorrerá quando não houver acordo entre as partes.

CNPS FAZ RECOMENDAÇÃO SOBRE REAJUSTE RETROATIVO DA TABELA

06/08/2010 – Notas COAD

O Presidente Conselho Nacional de Previdência Social, através da Resolução 1.318, de 28-7-2010, publicada no Diário Oficial de 5-8-2010, recomendou ao Ministério da Previdência Social - MPS que em articulação com o Ministério da Fazenda - MF editem, no menor prazo possível, norma complementar para disciplinar a aplicação da Portaria Interministerial 333 MPS-MF de 29-6-2010, levando em conta os custos administrativos e dos sistemas operacionais dos contribuintes e da própria Administração Pública, de forma a causar os menores impactos possíveis.

A Portaria Interministerial 333 MPS-MF/2010, dentre outras normas, reajustou em 7,72%, com efeitos retroativos a janeiro/2010, os valores da Tabela de salários-de-contribuição aplicável aos segurados empregados, inclusive o doméstico, e o trabalhador avulso e os valores da quota do salário-família.

PREVIDÊNCIA COBRA RESSARCIMENTO DE EMPRESAS IRREGULARES

06/08/2010 – Notas COAD

A Previdência Social, por intermédio da Procuradoria Geral Federal (PGF), pretende recuperar cerca R\$ 100 milhões, pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos as 1.430 ações regressivas acidentárias, resultante dos 200 processos julgados até junho deste ano. A expectativa é a de que este valor aumente na mesma proporção que novos acidentes do trabalho - causado pela falta de segurança nas empresas - forem julgados. A maioria das ações refere-se à pensão por morte, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e acidentes de trabalho.

O ajuizamento de ações regressivas tem sido intensificado em todo o Brasil, porém os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina e Minas Gerais registram maior número de processos, segundo levantamento da Procuradoria Geral Federal (PGF). As ações regressivas referem-se aos setores de maior acidentalidade no Brasil, entre as quais construção civil, agroindústria, energia elétrica, metalurgia, indústria calçadista, mineração, indústria moveleira.

Segundo o chefe da Divisão de Gerenciamento das Ações Regressivas Acidentárias e Execução Fiscal Trabalhista e procurador federal da PGF, Fernando Maciel, por intermédio dessas ações, além de buscar o ressarcimento com os gastos sociais e a prevenção de acidentes, o "INSS está contribuindo para combater a concorrência desleal praticada por aquelas empresas que descumprem as normas de segurança do trabalho", reitera.

Desde 1991 já foram ajuizadas mais de mil ações pela PGF contra empresas dos mais diversificados ramos de atuação. Essas ações cobram os benefícios já pagos pelo INSS, com os valores corrigidos, e aqueles que ainda serão pagos aos segurados, de acordo com a expectativa de duração do benefício de cada um.

Em 2008, o Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho e Emprego fizeram acordo de cooperação técnica para acelerar a cobrança, possibilitando o trâmite mais rápido dos relatórios da fiscalização.

O acordo prevê o trabalho dos procuradores federais na recuperação de recursos gastos com pagamento de benefícios, como aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, auxílio-acidente ou pensão por morte.

Segurança - Ação Regressiva é uma indenização da empresa ao INSS. A empresa deve pagar o benefício quando fica provado que o seu empregado foi acidentado ou adoeceu por negligência dela. A lei estabelece que, nos casos de negligência quanto às normas de segurança e saúde do trabalho, a Previdência Social credita o benefício ao segurado, mas deve propor ações regressivas contra a empresa responsável.

O objetivo dessa ação é pressionar as empresas a investir na promoção da saúde e da segurança do trabalho decente, além de proteger os trabalhadores, pelo uso de equipamentos de segurança exigidos por lei.

A ação regressiva está baseada na Lei nº 8.213/91, onde o fundamento encontra-se no artigo 120, da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, estabelecendo, "nos casos de negligência quanto às normas-padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis".

Regiões - A 1ª Região engloba os estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Goiás, Tocantins, Pará, Amapá, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas e o Distrito Federal e, a 2ª Região, os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Já a 3ª Região, os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul; a 4ª Região, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; e, a 5ª Região, os estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

FONTE: Previdência Social

EMPRESA QUE DIVULGOU LISTA DE FALTOSOS VAI PAGAR POR DANO MORAL

06/08/2010 – Notas COAD

Por considerar uma prática abusiva do poder diretivo, a Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a empresa Inergy Automotive Systems do Brasil a indenizar um ex-funcionário por danos morais, por ter divulgado lista com a relação de faltas e atrasos de seus empregados.

Sentindo-se ofendido em sua honra, o funcionário ingressou com ação trabalhista, requerendo indenização por danos morais. O empregado alegou que a empresa havia fixado no quadro de edital, local acessível a todos os funcionários, uma lista com os nomes dos empregados faltosos, levando-o a sofrer gozação perante os colegas de trabalho.

Ao analisar a questão, a instância ordinária (Vara do Trabalho e o Tribunal Regional da 9ª Região - PR) negou o pedido do trabalhador, sob o mesmo argumento: de que a

afixação da lista não buscou trazer prejuízo ao trabalhador, representando assim uma possibilidade do poder de direção da empresa.

Diante da decisão do TRT, o trabalhador interpôs recurso de revista no TST. O relator do processo na Sétima Turma, o Juiz Convocado Flávio Portinho Sirângelo, reconheceu que o procedimento adotado pela empresa configurou prática abusiva, uma vez que extrapolou o direito de fiscalização e de organização.

Segundo o relator, a atitude da empresa representou uma exposição desnecessária e desproporcional, que teve o efeito de singularizar o empregado em face de todos os outros trabalhadores. Nesse caso, destacou o juiz, o poder diretivo da empresa poderia ser exercido de outro modo, como a realização de descontos salariais ou mesmo a punição disciplinar, o que não foi feito.

Assim, seguindo o voto do relator, a Sétima Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso de revista do trabalhador e condenou a empresa ao pagamento de cinco mil reais por danos morais. (RR-166500-82.2007.5.09.0245).

FONTE: TSTD